



Mulheres em Marrocos: O Estatuto da Mulher e o Ativismo de Base da Association du Forum des Femmes Au Rif (Parte I)

Por: Chen Jie, para RAÍZES

2025/10/01

Marrocos é uma nação de uma enorme complexidade, servindo como um cruzamento de culturas árabe, amazigh (berbere), africana e europeia. A sua geografia é tão diversa quanto o seu património, estendendo-se do Oceano Atlântico ao Mar Mediterrâneo e elevando-se nas montanhas do Atlas e do Rif. Com uma população de quase 37 milhões de habitantes, o país é predominantemente urbano, no entanto, uma parte significativa da sua população ainda reside em áreas rurais, onde a vida segue um ritmo diferente. Embora o árabe seja a língua oficial e o Islão a religião do estado, a língua indígena



amazigh, falada por uma porção substancial da população, particularmente em regiões rurais, foi oficialmente reconhecida na constituição de 2011, afirmando as raízes pluralistas da nação[1].

Neste cenário, a história das mulheres marroquinas é uma história de profundas mudanças e desafios persistentes. Nas últimas décadas, Marrocos fez progressos significativos, promulgando reformas legais progressistas e defendendo o desenvolvimento, ao cumprir os seus compromissos internacionais após a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e do seu Protocolo Opcional. No entanto, esta ratificação foi acompanhada por reservas que limitam o seu alcance. Ainda assim, Marrocos continua a lidar com uma das mais significativas disparidades de género na participação económica a nível mundial. O país classificou-se em 137.º lugar entre 148 no Índice Global de Desigualdade de Género de 2025 do Fórum Económico Mundial[2]. A realidade no terreno, particularmente para as mulheres em regiões rurais, conta frequentemente uma história onde a tradição, as normas sociais e as barreiras económicas continuam a moldar destinos, e a marginalização, agravada nos últimos anos pela seca, bem como pela falta de infraestruturas básicas e de oportunidades de emprego estáveis.

Este artigo explora esta jornada, desde as políticas nacionais concebidas para reconhecer os direitos e as contribuições das mulheres, até ao trabalho vital e no terreno de organizações de base que estão a transformar promessas legais em realidades vividas. Focando-nos no contexto único do setor agrícola e no trabalho inspirador da Association du Forum des Femmes Au Rif (AFFA Rif), examinaremos como as iniciativas locais estão a criar novas oportunidades para salvaguardar e promover os direitos humanos das mulheres em Marrocos.

Estatuto da Mulher em Marrocos

A partir das narrativas históricas das mulheres em Marrocos, que abrangem desde séculos passados até ao presente, é evidente que o estatuto da mulher marroquina não é estático; pelo contrário, está sujeito a mudanças contínuas influenciadas pelas condições prevalentes em que navegam e vivem. O estatuto contemporâneo da mulher em Marrocos é o produto de uma história longa e complexa. É uma história de negociação entre tradições profundamente enraizadas, a força disruptiva do colonialismo e a luta persistente por uma mudança transformadora. Compreender esta evolução é essencial para apreender o contexto em que operam organizações como a Association du Forum des Femmes Au Rif (AFFA Rif) e a natureza dos desafios que enfrentam.

Legado Pré-Colonial: A Agência das Mulheres Amazigh

Contrariamente aos estereótipos modernos que frequentemente retratam as mulheres na



região como historicamente confinadas à esfera privada, a sociedade marroquina pré-colonial, particularmente as suas comunidades amazigh (berberes), revela uma narrativa diferente. Muitas destas sociedades estavam organizadas segundo linhas matrilineares, uma estrutura que conferia às mulheres uma influência e agência significativas tanto nos domínios econômicos como culturais[3]. As mulheres não eram figuras periféricas, mas sim atores centrais na economia rural, profundamente envolvidas na agricultura e no pastoreio.

Para além das suas contribuições econômicas, as mulheres amazigh eram as principais guardiãs do património cultural. Eram as tecelãs, contadoras de histórias e poetas que preservavam e transmitiam a identidade, as tradições e a literatura oral da comunidade de uma geração para a outra. A arte da tecelagem de tapetes, por exemplo, era mais do que um ofício; era uma linguagem simbólica através da qual as mulheres expressavam a sua visão do mundo, espiritualidade e identidade tribal, ao mesmo tempo que proporcionava uma fonte crucial de rendimento familiar[3]. Este legado histórico de agência feminina e autoridade cultural fornece um pano de fundo vital, embora muitas vezes esquecido, para a luta moderna pelos direitos das mulheres.



A cidade de Tetouan, localizada nas montanhas do Rif, no Norte de Marrocos, no cruzamento entre a Europa e a África. Fonte: IAPC.

Patriarcado Colonial e Pós-Independência

Os períodos coloniais francês e espanhol (1912-1956) introduziram profundas



perturbações. As narrativas coloniais europeias impuseram frequentemente uma lente orientalista, retratando as mulheres marroquinas como uniformemente oprimidas, dóceis e a necessitar de serem "salvas" pela missão civilizadora do colonizador. Esta perspectiva ignora as realidades complexas da vida das mulheres e as suas formas de agência existentes. Simultaneamente, as políticas coloniais e as mudanças econômicas começaram a corroer as estruturas sociais tradicionais, reforçando frequentemente as normas patriarcais de novas formas.

Um exemplo são os cafés de estilo europeu que proliferaram nas grandes cidades do Marrocos durante os protetorados francês e espanhol no início do século XX[4]. Estes estabelecimentos tornaram-se rapidamente parte integrante do tecido social das cidades marroquinas, mas eram predominantemente do domínio dos homens. Eram espaços para os homens socializarem, fazerem negócios e participarem no discurso político. Para as mulheres marroquinas, tentar entrar num café era muitas vezes considerado um tabu cultural. A divisão de género do espaço era uma pedra angular da ordem social, e o café era uma manifestação clara dessa divisão[5]. O processo colonial, apesar das suas alegações de "introduzir a civilização", reforçou e até intensificou frequentemente os sistemas patriarcais e a segregação de género existentes.

Após a independência em 1956, o primeiro Código da Família marroquino, ou Moudawana, foi promulgado em 1958. Redigido por académicos religiosos do sexo masculino, este código legal codificou uma visão altamente patriarcal da sociedade, baseando-se fortemente numa interpretação conservadora da lei islâmica[6]. A Moudawana de 1958 subordinava legalmente as mulheres aos homens, consolidando o seu estatuto como menores legais durante grande parte das suas vidas. Uma mulher não podia casar sem a permissão de um tutor masculino (wali), o seu direito de trabalhar ou viajar podia ser vetado pelo seu marido, e tinha direitos severamente restritos para iniciar o divórcio. Entretanto, a lei permitia a poligamia sem restrições e estabelecia o marido como o único chefe de família[7]. Este código consagrou efetivamente a desigualdade de género no tecido legal da nação recém-independente.

As Mulheres Marroquinas Hoje: Numa Encruzilhada de Progresso e Tradições

Hoje, as mulheres marroquinas encontram-se numa complexa encruzilhada de progresso e tradição. Houve avanços legais significativos, primeiro com a reforma de 2004 do Código da Família (a Moudawana), resultado de décadas de ativismo feminista, que concedeu às mulheres maiores direitos no casamento, divórcio e custódia dos filhos. Esta reforma histórica aumentou a idade mínima para o casamento para 18 anos, estabeleceu a responsabilidade conjunta dos cônjuges pela família e deu às mulheres o direito de requerer o divórcio[8]. Mais tarde, a Constituição de 2011 reconheceu a igualdade de género como um princípio fundamental.



Um café em Fez, Marrocos. Atualmente, existem muitos cafés no país e é bastante comum ver mulheres sentadas no interior ou na esplanada, especialmente nas grandes cidades como Casablanca e Rabat. No entanto, até ao final do século passado, era raro ver mulheres a frequentar estes espaços públicos, tradicionalmente considerados um "espaço para homens". Fonte: IAPC.

No entanto, a lacuna entre a lei e a vida quotidiana permanece grande, especialmente nas zonas rurais. As principais estatísticas pintam um quadro claro das disparidades em vários setores.

Educação e alfabetização: A nível nacional, a taxa de analfabetismo entre as mulheres é quase o dobro da dos homens, situando-se em 32,5% em comparação com 17,3%. Esta disparidade aumenta drasticamente no campo. Enquanto a taxa de analfabetismo urbano é de 17,4%, sobe para 38,1% nas zonas rurais. Aqui, as barreiras culturais e económicas à educação feminina são mais presentes, e os desafios geográficos e de infraestruturas superam até mesmo os culturais e económicos: apenas 54,6% dos agregados familiares rurais estão ligados a uma rede pública de água corrente, e apenas 70,3% têm meios primários de eliminação de águas residuais, como fossas sépticas e poços absorventes[1]. Embora a educação primária seja quase universal para as raparigas, existe uma lacuna significativa no ensino secundário. No grupo etário dos 15-17 anos, a taxa de escolarização para as raparigas urbanas é de 96,3%, mas desce para 50,8% para as suas congéneres rurais[9].

Isto ocorre devido a normas culturais que desvalorizam a sua educação em favor dos



rapazes, que se espera que sejam os provedores financeiros. Além disso, as raparigas são frequentemente sobrecarregadas com trabalho doméstico e agrícola, incluindo a tarefa vital de ir buscar água. A persistência do casamento precoce e o desejo da sua participação na força de trabalho rural também contribuem para que as raparigas abandonem a escola[17]. Mesmo que os pais reconheçam a importância da educação para as raparigas, em muitos casos decidem mantê-las em casa devido à longa distância até às escolas, condições inseguras, falta de instalações sanitárias adequadas, etc[10].

Participação económica: A divisão é ainda mais acentuada. A taxa de participação na força de trabalho para as mulheres é de apenas 19,0%, uma fração da taxa de 69,0% para os homens. Esta disparidade persiste tanto em áreas urbanas (18,5% para as mulheres) como rurais (19,9% para as mulheres)[1]. Estudos revelaram que o problema não é a falta de mulheres qualificadas, mas um excesso de constrangimentos que limitam as suas oportunidades e a persistência de estereótipos de género na sociedade, que confinam as mulheres à esfera privada e permitem que os homens dominem a esfera pública, bem como a discriminação persistente no mercado de trabalho[11].

A agravar estes desafios está a imensa responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. As mulheres marroquinas despendem em média cinco horas por dia nestas tarefas, quase sete vezes mais do que os 43 minutos despendidos pelos homens[9]. Esta "dupla jornada" limita severamente a sua capacidade de procurar ou manter um emprego formal.

Embora as reformas legais de cima para baixo, como a de Moudawana, sejam cruciais, é claro que alterar a lei não é suficiente se as condições económicas, sociais e culturais não mudarem para garantir que as mulheres possam realmente beneficiar dos ganhos parciais alcançados. A estipulação de salário igual para homens e mulheres não pôs fim às flagrantes disparidades a este respeito. A fixação da idade mínima para o emprego aos 15 anos não protegeu dezenas de milhares de raparigas da servidão doméstica. O inquérito nacional mais recente do HCP sobre a violência contra as mulheres, realizado em 2019, concluiu que 57,1% das mulheres com idades entre 15 e 74 anos tinham sofrido violência nos 12 meses anteriores ao inquérito. Isto representa uma vasta e urgente crise de direitos humanos[18].

Vinte anos após a reforma de 2004, está em curso uma nova revisão do Código, impulsionada pela sociedade civil, que lamenta as disparidades na aplicação da lei. No entanto, as propostas apresentadas pelo Ministro da Justiça no final de dezembro de 2024 geraram desapontamento e críticas por parte das associações de mulheres e de direitos humanos, nomeadamente no que diz respeito à herança agnática que favorece os parentes do sexo masculino, às exceções para o casamento de menores e à falha em proteger as mães solteiras ou em reconhecer plenamente as provas de ADN para a paternidade. Isto ilustra a necessidade urgente de reformas legais, de um sistema judicial



eficaz e responsivo e de esforços concertados para mudar as normas sociais patriarcais, e é neste fosso entre a política e a prática que o trabalho das organizações a nível comunitário se torna essencial[19].

Referências

1. Haut-Commissariat au Plan, *ATLAS Socio-démographique provincial, RGPH 2024*, (2024).
2. Fórum Económico Mundial. (2025). *Relatório Global sobre a Desigualdade de Género 2025*.
3. Fatima Sadiqi, “As Mulheres em Marrocos”, *Oxford Research Encyclopedia of African History*, (2024).
4. Rabinow, Paul, “French Modern: Norms and Forms of the Social Environment”, *University of Chicago Press* (1989).
5. Fatima Sadiqi and Moha Ennaji, “Feminization of Public Space, Women’s Activism, the Family Law, and Social Change in Morocco”, *Journal of Middle East Women’s Studies*, (2008).
6. N.A., “Reformar a Moudawana: A Luta pelos Direitos das Mulheres em Marrocos”, *The Fund For Global Human Rights*, (29 de agosto de 2024). Disponível em: <https://fundhumanrights.org/stories/reforming-the-moudawana/>
7. Gal Kramarski, “O estatuto da mulher em Marrocos e a luta histórica”, *High Atlas Foundation*, (22 de outubro de 2017). Disponível em: <https://highatlasfoundation.org/insights/womens-status-in-morocco-and-the-historical-struggle>
8. Human Rights Education Associates (HREA), “O CÓDIGO DA FAMÍLIA MARROQUINO (MOUDAWANA)”, (2004).
9. Haut-Commissariat au Plan, *La femme marocaine en chiffres, 2024*, (2024).
10. Ennaji, M, “Morocco’s Experience with Gender Gap Reduction in Education”, *Gender and Women’s Studies*. (2018)
11. Kolovich, L., & Ndoye, A. (s.d.), “Implicações da Desigualdade de Género para o Crescimento em Marrocos”, *Fundo Monetário Internacional*, (2023).
12. FAO, *A disparidade de género nos direitos à terra*, (2018).
13. Maaroufi, T, “Gender and water in Morocco: mainstreaming gender dimensions in integrated water resources management in Morocco”, In *Mainstreaming gender dimensions in water management for food security and food safety*, CIHEAM, (2007).
14. Noria Research. “Mãos Invisíveis: As Lutas das Trabalhadoras Agrícolas em Marrocos”, (28 de março de 2025). Disponível em: <https://noria-research.com/mena/invisible-hands-the-struggles-of-female-agricultural-workers-in-morocco/>
15. OIT, *Emprego e empoderamento de mulheres jovens na economia rural de Marrocos*, Resumo do País, (2018).
16. Haut-Commissariat au Plan, *La femme marocaine en chiffres, 2021: 20 ans de progrès*, (2021).
17. Aira Matin, “Da Esperança à Água: Barreiras à Realização dos Sonhos Educacionais das Raparigas”, *High Atlas Foundation*, (9 de junho de 2021). [104] Disponível em:



<https://highatlasfoundation.org/insights/from-hopes-to-water-barriers-to-girls-fulfilling-their-educational-dreams>

18. Haut-Commissariat au Plan, *Rapport sur les violences faites aux femmes et aux filles, Enquête Nationale sur la Violence à l'Encontre des Femmes et des Hommes*, (2019).
 19. Lina Meskine, “A Moudawana, o código da família de Marrocos: Uma reforma divisiva”, *Medfeminiswiya*, (23 de janeiro de 2025). Disponível em: <https://medfeminiswiya.net/2025/01/23/the-moudawana-morocco-family-law-code-a-divisive-reform/?lang=en>
-